

POLÍTICA

politica@gruposatarde.com.br

MUNICÍPIOS Câmara de Vereadores de Ilhéus suspende atividades

www.atarde.com.br/municipios

PROPOSTA Atualmente, os estados e municípios são obrigados a gastar de 12% a 25% nos setores

PEC Emergencial pode acabar com piso de gastos em saúde e educação

DA REDAÇÃO E AGÊNCIAS

O relator da PEC Emergencial (Proposta de Emenda à Constituição 186/2019), senador Márcio Bittar (MDB-AC), divulgou ontem o seu substitutivo sobre o assunto. Na prática, o texto, que abre caminho para novos pagamentos do auxílio emergencial, acaba com os atuais pisos para gastos em saúde e educação de estados e municípios.

Em caso de aprovação, a proposta desobriga os governantes a efetuar gastos mínimos nas duas áreas. O senador acreano já havia defendido a medida em manifestações públicas.

O texto do parlamentar condensa 3 projetos que o governo Bolsonaro busca aprovar - PEC Emergencial, PEC do Pacto Federativo e PEC dos Fundos - e ainda pode ser modificado.

Atualmente, os estados são obrigados a destinar 12% de verbas para a saúde e 25% para a educação, enquanto que municípios tem os índices de 15% e 25%, respectivamente. Os pisos ainda têm de ser corrigidos pela inflação do ano anterior - conforme estabelecido pela regra do teto de gastos aprovada em 2016 no governo do então presidente Michel Temer.

A proposta do senador é mais radical que a apresentada pelo governo Bolsonaro em novembro de 2019, pela qual os pisos seriam mantidos, mas unificados, dando supostamente maior flexibilidade a estados e municí-



Senador Márcio Bittar (MDB-AC) relata proposta que deve ser votada na quinta

Bittar disse ontem que resolveu incluir a proposta porque vincular os gastos não surtiu efeitos desejados

pios para gastarem mais em uma área do que em outra.

Em entrevista ontem à GloboNews, Bittar disse que resolveu incluir a proposta porque vincular (definir valores fixos) os gastos com saúde e educação não surtiu os efeitos desejados ao longo dos últimos anos.

"[A ideia é] devolver aos municípios, aos estados e à União o poder de legislar uma das leis mais importantes, que é a do orçamento. Até porque, vincular o orçamento da União, que é o único

país democrático no mundo que tem esse grau de vinculação, não resolveu nada. Nós gastamos 6,3% do PIB nacional com educação e estamos com educação brasileira entre as 20 piores nações do mundo", defendeu.

Auxílio emergencial
Em seu substitutivo, Bittar propõe a inclusão de um dispositivo na Constituição sobre "cláusula de calamidade pública de âmbito nacional". O objetivo do dispositivo seria permitir que a União possa

pagar o auxílio emergencial. O texto define que, durante o exercício de 2021, a proposição legislativa que tenha o objetivo exclusivo de conceder auxílio emergencial ficará "dispensada da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa".

A votação da PEC Emergencial está prevista para começar nesta quinta-feira no Senado Federal. Por se tratar de uma emenda constitucional, precisará ser aprovada em dois turnos e com 3/5 dos votos. Em seguida, vai para a Câmara dos Deputados, onde deve passar com os mesmos números.

Em uma rede social, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse ontem que, assim que a matéria chegar na Câmara, pode ser tramitada prioritária e ser votada ainda em março.

Em outras ocasiões, Lira chegou a dizer que a tramitação da PEC poderia levar até três meses. O argumento dele foi que o prazo na Câmara costuma ser mais longo do que no Senado em razão das exigências regimentais.

O rito na Câmara prevê que a proposta seja analisada antes pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, depois, por uma comissão especial com prazo mínimo de dez sessões. No entanto, em caso de acordo entre partidos, a discussão pode ser acelerada e feita diretamente no plenário.

LEVANTAMENTO

Popularidade de Bolsonaro cai 8 pontos e vai para 33%

DA REDAÇÃO

A popularidade do presidente Jair Bolsonaro caiu de 41% em outubro de 2020 para 33% em fevereiro deste ano, aponta pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) em parceria com o Instituto MDA. A queda no período foi de oito pontos percentuais e deixou o governo no mesmo patamar de maio de 2020, quando 32% avaliavam positivamente a gestão.

Os indicadores foram medidos em meio à pandemia de covid-19. Com o pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores informais e desempregados, a avaliação positiva do governo subiu, situação revertida no começo deste ano, após o fim do benefício.

A avaliação negativa (ruim e péssimo) subiu de 27% para 35% de outubro para fevereiro. Outros 30% consideram a administração regular.

Aprovação pessoal de Bolsonaro também caiu oito pontos em quatro meses, indo de 52% para 44%. Nessa pergunta, o instituto questiona as pessoas consultadas se elas aprovam ou desaprovam o desempenho pessoal do presidente da República. A rejeição subiu de 43% para 51% no mesmo período. Ou seja, a quantidade de reprovação superou a de aprovação.

A pesquisa foi feita com 2.002 entrevistados de 18 a 20 de fevereiro. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

ENTREVISTA

Doria critica Bolsonaro: 'Nosso debate é o de saúde'



FERNANDO VALVERDE

Principal articulador para a produção da Coronavac, vacina do Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), atacou a gestão da pandemia pelo governo federal e rejeitou a politização em cima do tema.

Em entrevista ao programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM (103.9), o gestor paulista fez duras críticas ao presidente Jair Bolsonaro (Sem Partido) e suas constantes investidas para credibilizar a vacina, algo visto como uma prévia para as eleições presidenciais de 2022, onde Doria é cotado como candidato.

"Esse não é o nosso debate e sim o do presidente Bolsonaro. O nosso debate é o de saúde. O de proteção a vida das pessoas e o de vacinas, que é algo que vem sendo

Tucano elogia a postura do governador Rui Costa (PT) e do prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), no combate à covid

feito também pelo governador Rui Costa e pelo prefeito Bruno Reis. Defender e proteger vidas, fazer o que tem que ser feito, tomar medidas restritivas, que não são populares, para garantir o funcionamento do sistema de saúde. Essa tem que ser a defesa e não investir em processo eleitoral. Não é de forma alguma o momento para se tratar disso", afirmou.

De acordo com Doria, o governo federal, junto ao Ministério da Saúde, deveria estar fornecendo amparo logístico e financeiro para os



Governador critica "antecipação" do debate eleitoral

estados, já que faltam insumos básicos como seringas e agulhas, ao invés de procurar confronto e emplacar narrativas.

"Em plena pandemia, o Ministério da Saúde não comprou seringas e agulhas mesmo sabendo que precisaríamos vacinar toda a população brasileira. Nos últimos 52 anos, quando foi preciso fornecer vacinas, o PNI forneceu seringas e agulhas também e dessa vez não acontece isso. Se não fossem os estados e municípios, que se acautelaram para manter seus estoques, estaríamos vivendo uma situação triste com a incapacidade de vacinar por falta de material", disse.

Doria elogiou ainda a pos-

tura do governador Rui Costa (PT) e do prefeito de Salvador Bruno Reis (DEM) no combate à pandemia. De acordo com o tucano, a união entre as esferas estaduais e municipais, e as conversas entre os governadores de todo o Brasil em busca de unidade, têm evitado um cenário ainda pior para o País.

"É um governo negociante, de postura lamentável, que se esquece da população para ficar pensando em política e cloroquina. Um governo que afirmava até poucas semanas que quem usava máscara era maricagem. Que quem ficava em casa, era covarde. Promove aglomerações, condena governadores", criticou.

FAKE NEWS

Inquérito mostra financiamento estrangeiro

DA REDAÇÃO

Os inquéritos que apuram atos antidemocráticos e fake news no Brasil identificaram, por meio da quebra de sigilos bancários, financiamento internacional a pessoas que usam as redes sociais para atacar instituições brasileiras, como o Supremo Tribunal Federal (STF), responsável pelas investigações.

A informação foi divulgada pelo ministro Dias Toffoli, na noite deste domingo, 21, em entrevista ao Canal Livre, da Band. Segundo ele, os inquéritos conduzidos pelo ministro Alexandre de Moraes aprofundam, neste momento, a investigação dessa informação, considerada por Toffoli como "gravíssima".

Fake news
O inquérito sobre as fake news foi aberto em 2019 como uma resposta do STF às crescentes críticas e ataques sofridos nas redes sociais.

São alvos da investigação deputados, empresários e blogueiros ligados ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que sofreram medidas de busca e apreensão e quebras de sigilo.

ENCANTO DA ONU

Ernesto Araújo repete discurso negacionista do governo

DA REDAÇÃO

O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, abriu a 46ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que aconteceu ontem, com ataques a censura nas redes sociais e as medidas de enfrentamento ao novo coronavírus. O encontro aconteceu de maneira remota e virtual, pela primeira vez, em decorrência da pandemia.

O ministro argumentou que "sociedades inteiras estão se habituando à ideia de que é preciso sacrificar a liberdade em nome da saúde".

"Não crítico as medidas de lockdown e semelhantes, que tantos países aplicam, mas não se pode aceitar um lockdown do espírito humano, o qual depende da liberdade e dos direitos humanos para exercer-se em sua plenitude", prosseguiu.

Após a fala, Ernesto criticou o "tecnotalitarismo" e disse que as redes sociais se tornaram mecanismos de controle e censura dificultando a liberdade de expressão. Ernesto pediu que os outros países avancem os debates sobre esse tema. A manifestação foi isolada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL
Toma pública para contratação dos interessados que a CHAMADA PÚBLICA 001/2021, com data marcada para 18/02/2021 às 10h, PÁGINA 18/02/2021 às 10h, por meio de sistema técnico e operacional. Desta forma após adiantado o novo objeto alterado passa a ser: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, para a rede de ensino público deste município, para os meses de março a junho de 2021. Edital: <http://www.dogovernoemg.com.br/portaltransparencia/bolinaspublicaseditado>, ou, e-mail: compras@cooperfmg.ba.gov.br. Informações: de 8 às 12h, na CPL, Praça Largo da Palma, 132, ou tel. 743820122. São Gabriel/BA, 23/02/21. Lucilene Rodrigues S. Gomes, Presidente.

PREÇO PRESENCIAL Nº. 006/2021
A Prefeitura Municipal de Wagner por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar Sessão Pública de Licitação, modalidade PREÇO PRESENCIAL Nº 006/2021, no dia 05 de março de 2021, às 09h00, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a aquisição de material pessoal para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações nos anexos do presente edital. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Prefeitura Municipal, à Rua Praça 02 de Julho, 04, Centro - Wagner - Bahia, de segunda a sexta-feira, no horário das 09h00 às 12h00, ou pelo e-mail: licitaowagner1@gmail.com. CPL, 22 de fevereiro de 2021. - Márcio Quinzor Rocha - Preposto.

PIEB
PUBLICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30858777.2021.CPL.SF.PB. PE.030.SENAISD
Objeto: Registro de preços para fornecimento de reagentes químicos para fins diagnósticos - vide edital. Edital: 04/03/2021 às 09h (horário local).
Retirada do Edital, a partir do dia 23/02/2021, no site do Portal de Compras: <https://compras.fab.org.br>.
Mais informações através do e-mail: gabinete@compras.fab.org.br.
Salvador, 23/02/2021
Preposto

SENAR
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-ARBA
CNPJ: 04.393.378/0001-90
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021
O SENAR-ARBA, torna público que, no dia 03/03/2021, às 10h (horário Brasília), fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE. Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Impressão Digital e Serviços de Gestão de Documentos. O edital de licitação com seus anexos poderão ser retirados no site eletrônico do SENAR - <http://www.senar.com.br/licitacoes> nº 004/2021, no portal do Banco do Brasil <http://licitacoes.com.br> cadastrado com nº 888321 ou mediante solicitação via e-mail: licitacao@senar-arba.org.br.
Salvador/BA, 23 de fevereiro de 2021.
Vivianice Soares Ramos do Nascimento - Preposta - SENAR-ARBA.